

Excerto do prefácio *Frege: Philosophy of Mathematics*

(Grã-Bretanha: OUP, 1991)

Michael Dummett

Para aqueles que pensam em termos de taxas de sucesso, a minha é vergonhosa. “Taxas de sucesso” – a expressão em si é como uma campanha. As universidades britânicas estão a caminho de serem transformadas por ideólogos que confundem tudo acerca do trabalho académico. A transformação é, claro, apenas parte de uma transformação da sociedade como um todo. A posição oficial dos ideólogos é eles não acreditarem que haja tal coisa como uma sociedade; de facto, na verdade, eles não acreditam em coisa alguma. Eles estão preocupados, por exemplo, com a performance de “a economia”: não com a questão se as pessoas individuais estão a prosperar, mas com a economia como um sistema distinguível em si mesmo. A performance sucedida da economia irá enriquecer grosseiramente alguns, e privar outros de toda a esperança e conforto: mas o objectivo, se uma pessoa não está para ter uma concepção cínica, não é recompensar aqueles que trepam até ao cimo da montanha económica ou punir aqueles que são atirados para a sucata na base, mas simplesmente assegurar um funcionamento eficiente da economia como tal. A visão que os ideólogos têm do funcionamento bem sucedido da economia, ou de um qualquer outro mecanismo social, é que ele apenas funciona bem se operado por humanos envolvidos numa frieza mordaz e que arranham o seu caminho até ao topo, onde poderão usufruir de uma cota desproporcionada de dividendos. Para este propósito, as pessoas que competem entre si não devem ser encorajadas a acreditar no bem de qualquer coisa, a não ser acreditar nelas próprias como indivíduos; se elas acreditassem na sociedade como um todo, elas poderiam formar ideias sobre como proteger os fracos ou os desafortunados o que traria a eficiência do sistema. Uma olhadela às universidades, como estas costumavam ser, revelou um sector social que não funcionava deste modo; portanto, obviamente este sector não podia estar a funcionar eficientemente, ou justificando o dinheiro gasto nele, e assim este sector tem de ser transformado de acordo com o modelo decretado pela ideologia.

O plano dos ideólogos é aumentar a produtividade académica através da criação de condições de intensa competição. Aquelles que compõem aquilo que é conhecido, no jargão actual indesejável, como pessoal académico e seus semelhantes são agora seduzidos com a esperança de granjearem, e incitados pela vergonha de os perderem,

pagamentos extra ou estatutos titulares recentemente inventados. O seu *output* é avaliado por indicadores de performance, contando o número de palavras publicadas por ano. Wittgenstein, que faleceu em 1951 publicando apenas um pequeno artigo após o *Tractatus* de 1922, certamente não teria sobrevivido a tal sistema. Os mais severamente afectados pelo novo regime são, como sempre, aqueles no último degrau da escada: os estudantes graduados trabalhando para os seus doutoramentos. O grau de PhD (em Oxford, D Phil) ajustou-se muito desajeitadamente no sistema de doutorados que se tinha desenvolvido na Grã-Bretanha desde a era medieval, e que foi aqui originalmente instituído para satisfazer as necessidades de estudantes estrangeiros, para os quais era necessária uma qualificação profissional. Somente em anos recentes se tornou uma qualificação mínima indispensável para posições académicas britânicas no domínio das humanidades: os candidatos para essas posições têm poucas hipóteses se não conseguirem também mostrar, no início das suas carreiras, uma impressionante lista de publicações. Uma pressão inexorável é aplicada aos estudantes e às universidades pelo Governo e suas agências – os conselhos de investigação e a Academia britânica – a forçá-los a completar as suas teses doutorais no espaço de três anos de graduação; mas isso quase não é preciso. Nervosamente conscientes desde o início que se devem acotovelar para o número reduzido de posições, estão ansiosos por saltar a primeira barreira do PhD tão depressa quanto possível, e depois submeter apressadamente as suas teses não revistas para os editores as transformarem em livros.

As universidades não têm outra opção se não cooperar em organizar a confusão esquálida em que o estudo graduado se tem tornado, introduzindo os novos “incentivos” para os seus professores e leitores e disponibilizando os dados para o processo de avaliação. A questão é até que ponto elas irão absorver os valores dos seus suseranos e livrarem-se daqueles que costumavam ter. Uma vez mais, são os estudantes graduados que estão em maior risco, pois, com efeito, têm sido ensinados que a competição desleal opera tão ferozmente no mundo académico como no mundo comercial, e o que importa, não é a qualidade do que tu escreves, mas a velocidade com que tu o escreves e o colocas numa publicação. Obviamente, é tão objectável num país capitalista, como num país comunista, que os políticos devam decidir como as universidades são administradas; mas é catastrófico quando esses políticos manifestam uma total ignorância da necessidade de avaliar a produtividade académica baseados em princípios muito diferentes daqueles aplicáveis na indústria. Os nossos governantes mostram uma pequena sensibilidade que, tal como na indústria, a qualidade é relevante tal como é a

quantidade: os seus indicadores de performance são por vezes modificados pelo uso de critérios mais sofisticados, tais como contando o número de referências feitas por outros autores a um dado artigo. Porém, Frege nunca teria sobrevivido a tal teste: as suas publicações foram muito pouco referidas durante a sua vida. Apesar de a quantidade não ser o único critério, isto é certamente pernicioso. A razão é que a superprodução destrói o propósito genuíno da publicação académica. Há muito que se tornou impossível acompanhar a enchente de livros e revistas profissionais, cujo número aumenta todos os anos; desde que isto ocorre, a sua produção tornou-se uma irrelevância para o académico, salvo o livro ou artigo ocasional em que tropeça por acaso. Isto aplica-se particularmente à filosofia. Os historiadores podem ser capazes de ignorar muito do trabalho dos seus colegas como sendo irrelevante para os seus períodos, mas raramente os filósofos são tão especializados que haja alguma coisa que se possam permitir ignorar em virtude do seu assunto. Dada a necessidade de tempo para ensinar, para estudar os clássicos de filosofia e para pensar, eles não podem dar-se ao luxo de se deixarem arrastar pela superabundância de livros e artigos não-maus na esperança de acertarem naquele que verdadeiramente lhe lançará luz sobre os problemas com que estão envoltos; assim, se são sensatos, ignoram-nos totalmente.

Os académicos que entregavam os seus prometidos manuscritos com vinte anos de atraso costumavam causar-nos graça; mas era uma graça respeitosa, porque sabíamos que o atraso era devido, não à preguiça, mas ao perfeccionismo. O perfeccionismo pode ser obsessivo, como aquele que impediu Wittgenstein de publicar outro livro durante a sua vida, e provavelmente ele assim teria feito independentemente de quanto tempo tivesse vivido; mas, como se costuma dizer, não é uma falha mal-intencionada. Todo o livro conhecido, todo o artigo conhecido, acrescenta peso às coisas para outros lerem, e, conseqüentemente, reduz as hipóteses de se lerem outros livros ou artigos. Portanto, a sua publicação não é automaticamente justificada por ter algum mérito em si: o mérito deve ser suficientemente grande para libertar de peso o desserviço feito por ter sido publicado de todo. Naturalmente, nenhum escritor particular pode esperar ser capaz de pesar correctamente o seu livro comparativamente a outros, mas ele devia estar consciente dos dois pratos da balança. Nós costumávamos ser ensinados a acreditar de que ninguém deveria colocar alguma coisa para publicação até que não conseguisse mais ver como tornar isso ainda melhor. Esse, eu continuo a acreditar, é o critério que devemos aplicar; é o único meio que existe de manter a qualidade do material publicado tão alta quanto possível, e a sua quantidade maleavelmente baixa. Os ideólogos, que na

sua arrogância forçaram-nos aos seus ideais mal concebidos, tentam fazer-nos aplicar o critério virtualmente oposto: publica assim que conseguires um editor ou editora que aceite. Externamente somos compelidos a cumprir com as suas demandas; mas vamos, internamente, continuar a manter os nossos próprios valores.

Tradução: Eduardo Castro

[CFUL/FCT(SFRH/BD /16755/2004)]

Oxford, Julho 1990

M. D.